



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

HELOISA HELENA FERREIRA DE CARVALHO

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, COMO**  
**COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO**

ALTAMIRA – PARÁ

2023

HELOISA HELENA FERREIRA DE CARVALHO

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, COMO  
COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, do *Campus* Universitário de Altamira, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Grau em Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Msc. Jonata Souza de Lima

ALTAMIRA – PA

2023

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, COMO  
COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO**

Elaborado por Heloisa Helena Ferreira de Carvalho, como requisito para obtenção do grau de  
**Licenciada em Pedagogia**

**Aprovado em:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof. Msc. Jonata Souza de Lima

---

Profa. Dra. Roseane Rabelo Souza Farias

---

Prof. Esp. Renan Rodrigues do Vale

ALTAMIRA - PARÁ  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com  
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

---

C331e Carvalho, Heloisa Helena Ferreira de.  
O Estágio Supervisionado na Educação Especial, como componente  
curricular da formação do pedagogo / Heloisa Helena Ferreira de  
Carvalho. — 2023.  
30 f.

Orientador(a): Prof. Me. Jonata Souza de Lima

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal  
do Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Educação,  
Altamira, 2023.

1. Estágio supervisionado. 2. Educação Especial. 3. Pessoa com  
Deficiência. I. Título.

CDD 371.9

---

## **AGRADECIMENTOS**

Em especial aos meus pais pelo amor e incentivo de sempre. Aos meus professores e colegas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, *campus* Altamira que, de forma direta ou indireta, contribuíram com meu processo formativo.

É com enorme satisfação e gratidão que concluo uma etapa tão importante de minha trajetória acadêmica e, com otimismo, inicio uma nova fase em minha vida profissional.

*A educação é a chave para abrir outros direitos humanos.*

*Katarina Tomasevsk*

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender os impactos do Estágio Supervisionado em Educação Especial na vida acadêmica dos estudantes de pedagogia, suas percepções sobre a formação, competências e habilidades, e quanto aos seus sentimentos de segurança ou não, sobre a atividade laboral experimentada. Esta pesquisa foi construída a partir de minha participação e de meus colegas no componente curricular supracitado, na Universidade Federal do Pará, *Campus* Altamira. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica, documental, vinculada à observação participante e entrevistas. Tendo como resultado, a partir da análise das respostas dos entrevistados, que o estágio foi relevante para a formação profissional, possibilitando-lhes fazer correspondências entre a teoria e prática. Contudo, relataram que ainda não se sentem habilitados para atuarem na área da Educação Especial, por não se identificarem com a modalidade e/ou por sentir necessidade de aperfeiçoamento.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado; Inclusão; Pessoa com deficiência; Educação Especial.

## **ABSTRACT**

This research was built from the curricular component of supervised internship in Special Needs Education, completed by students of the pedagogy course at the Federal University of Pará, Campus Altamira. Aiming to understand the impacts of the internship on the students' academic life, their perceptions about their education, skills and abilities and their feelings of security or not, about the work activity experienced during the internship. The methodology used was a qualitative approach, through bibliographic and documentary research, linked to participant observation and interviews. As a result, based on the analysis of the interviewees' responses, the internship was relevant to their professional training, enabling them to make correspondences between theory and practice. However, they reported that they still do not feel qualified to work in Special Needs Education, because they do not identify with the modality and/or because they feel the need for improvement.

**Key words:** Supervised internship; Inclusion; Disabled person; Special Needs Education.

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ATM - Altamira

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

DMU - Deficiência Múltipla

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

LBI - Lei brasileira de Inclusão

MEC - Ministério da Educação

PEI - Plano Educacional Individualizado

PNEE 2020 - Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida

PPC - Projeto Político do Curso

PcD - Pessoa com deficiência

PPP - Projeto Político Pedagógico

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas).

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>	<b>13</b>
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>14</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>17</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>23</b>
<b>APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE</b>	<b>25</b>
<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisou refletir as influências do componente curricular do Estágio Supervisionado em Educação Especial, na formação acadêmica dos estudantes, provenientes do curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus Altamira (ATM)*, de uma turma ingressante de 2018. Tal objetivo se desdobrou-se em compreender os impactos do estágio na vida acadêmica dos estudantes, suas percepções sobre sua formação, competências e habilidades, e quanto aos seus sentimentos de segurança, ou não, sobre a atividade laboral experimentada, durante o estágio na educação especial. Entende-se por educação especial, a partir do que consta na Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

O motivo da escolha do tema, neste *locus*, é porque sou graduanda do respectivo curso e turma e, durante as disciplinas voltadas à Educação Especial, bem como durante o estágio, escutei várias narrativas, entre meus colegas, sobre suas perspectivas e também o estágio e, portanto, achei importante problematizar o impacto do estágio na nossa formação acadêmica.

Enquanto aluna dessa turma, com ela realizei um significativo componente curricular; logo, frequentemente, minhas impressões permeiam o texto, sendo assim, em alguns momentos, serei agente ativa da escrita e participante das narrativas. Sendo assim, nós alunos de Pedagogia da UFPA/ATM, da turma de 2018, somos estudantes participantes desta pesquisa.

É importante ressaltar que os termos Educação inclusiva e Educação especial, embora estejam sempre relacinados um ao outro, possuem suas diferenças. Enfatizamos a necessidade de explanar resumidamente suas diferenças. Deste modo, a educação inclusiva tem sido encarada como um grande desafio no campo educacional, pois estabelece um conceito amplo de inclusão no qual considera a diversidade como ponto partida, neste caso a diversidade de sujeitos presentes nas instituições escolares sejam esses grupos quilombolas, ribeirnhos, glbtqia+, campensinos, indígenas, PcDs e dentre outros. No contexto da educação especial especifica-se seu público alvo sendo estas as Pessoas com Deficiência (PcD), refrenciadas e garantidas por leis.

A Lei 9394/96, Lei de Diretrize e Bases da Educação Especial (LDB), em seu capítulo V, que trata da educação especial, o artigo 58 afirma, “entende-se por educação especial, [...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

**Comentado [RV1]:** Sugestão

Os motivos devem ser elencados na introdução para situar os leitores.

**Comentado [RV2]:** Informar o que diz a ldb sobre o publico alvo da Educação Especial.

superdotação.”

Durante do percurso formativo no curso de pedagogia tivemos em nosso componente curricular algumas disciplinas de caráter teórico-práticos, em sua maioria teóricas, com intuito de gerar habilidades e competências que oportunize ao futuro pedagogo conhecimentos acerca do processo de escolarização de Pessoas com Deficiência (PcD).

Entre as disciplinas voltadas às temáticas e elementos da inclusão e educação especial, como: Educação: inclusão e exclusão social; Fundamentos teóricos e metodológicos da educação especial; Concepção e metodologia do ensino de surdos - LIBRAS I; Estágio supervisionado na educação especial; Fundamentos da educação especial e Concepção e metodologia do ensino de cegos.

Diante do aporte curricular e intenção formativa do curso, buscou-se investigar o seguinte problema: A partir do componente curricular de estágio supervisionado em educação inclusiva, o pedagogo em formação da UFPA/ATM se sente habilitado para atender ao público-alvo da educação especial?

No que se refere à Educação Especial nos curso de licenciatura, há uma previsão legal sobre a obrigatoriedade de estágios. Um dos mais novos estágios na educação é o estágio em educação especial/inclusiva, tendo em vista que a educação especial é uma das mais recetes demandas educacionais. Na vigência da Lei nº 11.788/2008, o estágio é um ato educativo supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura de Pedagogia, da Faculdade de Educação, *Campus* Altamira-PA, do ano de 2009, objetiva proporcionar ao futuro pedagogo uma formação de qualidade para o exercício da docência na Educação Infantil e no Ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Educação Profissional e na Gestão e Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares e Não Escolares.

Visando uma formação acadêmica de qualidade, o PPC 2009 descreve competências e habilidades que os graduandos do curso de Pedagogia precisam desenvolver para desempenhar suas funções de trabalho na educação, seja no âmbito escolar ou não escolar. Vejamos:

Compreensão ampla e consistente do fenômeno e da prática educativa que se materializa em diferentes espaços, contextos e especificidades; Fortalecer o

desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; Trabalhar em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; Capacidade de atuar na gestão, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos em diferentes contextos da prática profissional (PPC, 2009, p.3).

Conforme as orientações presentes no PPC (2009) o ingressante deste curso tem como formação inicial uma preparação acadêmica que lhe de bases para o desenvolvimentos do exercício em diferentes contextos de atuação profissional inclusive no campo da educação especial.

Em seguida, tem-se também o PPC de 2011, ressalta a formação profissional para atuação nesses diferentes campos da pedagogia. Sendo um documento em vigência para as turmas que iniciaram até 2019, garante que “o estágio supervisionado será desenvolvido ao longo do curso, tendo o aluno preferencialmente já cursado as disciplinas de fundamentos e metodologias que dão base ao estágio a ser cursado”.

Outro documento destacado é o Regulamento Acadêmico de Estágios Supervisionados da UFPA/ATM, do ano de 2019, caracteriza o estágio supervisionado como “atividade curricular específica, que se articula com os demais componentes curriculares, integrando a formação dos discentes, nos termos previstos no Projeto Pedagógico do Curso.”

Para os autores Pasqualeto e Fonseca (2016), tal definição sobre o estágio pode ser dividida em três partes: Significado, função e destinação. Tendo como significado “ato educativo escolar”, podendo ser obrigatório ou não. Será obrigatório enquanto condição para obtenção de diploma e não obrigatório quando desenvolvido como atividade opcional, adicionado à carga horária regular e obrigatória. Contudo, não se caracteriza como vínculo empregatício, e sim aprendizado prático, respectivo aos conteúdos teóricos apresentados em sala de aula.

A celebração do estágio envolve as partes integrantes da relação, que são: o estudante, a parte concedente e a instituição de ensino; sendo assim, as determinações do estágio discriminam as obrigações de cada parte envolvida nessa relação, com condições correspondentes à proposta pedagógica do curso, bem como à etapa, à modalidade e calendário escolar. Quanto ao acompanhamento, a legislação exige a comprovação de um supervisor por parte da instituição de ensino e por um profissional da instituição concedente do estágio.

O estágio é uma fase importante da formação profissional, principalmente no que diz respeito ao processo de formação docente, pois é no estágio que a Universidade se aproxima da sociedade. Além disso, é nesse momento em que os estudantes do curso de licenciatura tendem

fazer a relação teórica-prática colocando em prática os conhecimentos teóricos aprendidos na universidade aplicando, testando esses saberes com a realidade da sala de aula.

Pimenta (2019) considera que o estágio se coloca como eixo central e articulador do conjunto das disciplinas, as denominadas 'teóricas' e as 'práticas', uma vez que o curso de licenciatura é, necessariamente, teórico, no sentido de que ele prepara o estudante para compreender a *práxis* educativa e docente, realizada nas escolas.

Logo, é durante o estágio, o futuro professor tem a oportunidade de vivenciar o dia a dia do ambiente educacional e vivenciar as atribuições do pedagogo em seu locus de atuação profissional. Assim, torna-se relevante que o professor em formação possa perceber-se e compreender-se dentro dessa realidade educacional, como parte do seu processo de formação.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A abordagem dessa pesquisa é de natureza qualitativa, conforme Lakatos e Marconi (2017), esse tipo de pesquisa tem por finalidade identificar e interpretar processos e definições, através da subjetividade dos sujeitos, analisando de forma aprofundada as atitudes e tendências comportamentais.

Explica Gil (2002) que a pesquisa bibliográfica desenvolve-se baseada em pesquisas já elaboradas, construídas principalmente de livros e artigos científicos, [...] permitindo ao investigador uma maior cobertura de fenômenos do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente. E a observação participante; segundo mesmo autor, caracteriza-se como a interação entre pesquisadores e pesquisados das situações investigadas.

A pesquisa também se enquadra na categoria pesquisa participante, tendo em vista que sou uma das graduandas que cursou o componente curricular estágio supervisionado na educação especial, na turma de licenciatura do curso de pedagogia, da UFPA/Altamira, no ano letivo de 2022. Segundo Lakatos (2017, p. 190):

O levantamento de dados é a fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse. Ele se constitui de um dos primeiros passos de qualquer pesquisa científica e é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou fontes secundárias).

Portanto, a pesquisa foi realizada por meio do uso de referenciais bibliográficos e documentais, através da análise de leis e resoluções sobre o tema estágio e sobre Educação

Especial, bem como o uso de entrevistas com alunos/estagiários do componente curricular de estágio, mais observação participante. Dentre as pesquisas documentais, analisaram-se as resoluções da UFPA sobre estágio supervisionado, a lei de estágio.

Para o autor Gil (2002), a pesquisa documental é vantajosa por constituir fonte de dados rica e estável, de custo significativamente baixo não exigir contato direto com os sujeitos da pesquisa.

Utilizando, também, como recursos para a coleta de dados os materiais, disponibilizados pelos professores através da plataforma digital *Google Classroom* e aplicação de entrevista com questionário semiestruturado, e análise das respostas fornecidas a partir das experiências dos estagiários, para se alcançar os objetivos propostos de compreender a percepção e avaliação dos graduandos, enquanto profissionais pedagogos em formação, sobre as competências e habilidades para o lidar com o público-alvo da Educação Especial, a partir das vivências no estágio supervisionado.

Essa investigação foi realizada em três etapas: I) formulação da pergunta/problema; II) seleção dos materiais para exploração e entrevistas com os alunos da pedagogia, 2018, que cursaram a disciplina de “Estágio Supervisionado em Educação Inclusiva”, no período letivo 2022.2 e III) análise e apresentação dos resultados.

Parte dos resultados das discussões apresentadas, nessa pesquisa, tem como base os instrumentais de avaliação de estágio supervisionado e os relatos de experiência escritos pelos alunos. Os dois documentos foram socializados com a turma, como é de praxe ao final de cada disciplina de estágio; tais informações foram apresentadas pelos colegas e contribuíram para tecer parte das questões debatidas.

Os questionários de pesquisa (anexo A) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (anexo B) foram entregues pessoalmente a cada participante voluntário; mas, por questões de disponibilidade de horário deles, ficou acordado que as respostas fossem enviadas em áudio, via aplicativo de mensagens instantâneas (*WhatsApp*). Depois, as respostas foram transcritas para melhor análise.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

No Brasil, a inclusão de pessoas com deficiências nas escolas está garantida na Carta Magna Brasileira de 1988; também, na lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre outras. Vejamos alguns trechos:

Na Constituição Federal de 1988, em seu capítulo terceiro, no artigo 208, o inciso III é

determinado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, [deve ser ofertado], preferencialmente na rede regular de ensino”. O inciso V garante o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988, p. 43).

O capítulo sétimo, no artigo 227, inciso II, orienta sobre a “criação de programas de prevenção e atendimento especializado [...], facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de [...] todas as formas de discriminação”. (BRASIL, 1988, p. 47).

A partir da década de 1990, o Brasil reafirmou seu compromisso com a inclusão, quando tornou-se signatário da Declaração de Salamanca, em 1994, na Conferência Mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas), assegurando a inclusão e a educação para qualquer pessoa que, de algum modo, experimenta uma situação de exclusão no ambiente escolar.

Considerando o paradigma dos direitos humanos, as diferenças são pertinentes de todo ser humano; portanto, a deficiência tende a ser mais uma característica da diversidade humana. A deficiência, na visão social, vem a ser resultado dos entraves e tolhimento da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras que impedem sua inclusão e seu desenvolvimento na sociedade, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas.

Para se pensar em educação e até mesmo numa sociedade inclusiva, é preciso, primeiro, reconhecer e valorizar a diversidade como uma característica pertinente a todos os seres humanos. Partindo desse princípio, pode-se garantir mais oportunidades e a participação de todos em uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando as peculiaridades de cada indivíduo.

Para Oliveira (2016, p. 213), inclusão é “sentir-se bem e aceito no ambiente educacional, onde o corpo docente tem o desafio de adaptar o conhecimento ao aluno e não o aluno [adaptar-se] ao conhecimento”.

Os desafios da inclusão são muitos e vão desde garantir acessibilidade com boa estrutura predial, para possibilitar a locomoção nas dependências das instituições como, por exemplo: corredores e portas largas; piso tátil; sinalização em braille; rampas de acesso; elevadores e banheiros adaptados; vagas para deficientes no estacionamento, etc.

É preciso ter de um corpo docente capacitado para que se possa conhecer e respeitar o aluno nas suas limitações e desenvolver suas potencialidades, principalmente, assegurar que o aluno deficiente esteja integrado ao ambiente e à comunidade educacional, diminuindo as barreiras sociais e educacionais. Como tal, certificar a igualdade de conhecimento, garantindo

material pedagógico adaptado às necessidades do aluno, como por exemplo, recurso de tecnologia assistiva, intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), textos com letras ampliadas ou em braille etc.

Sendo assim, partindo da compreensão que educação inclusiva é para todos os sujeitos sem exceção, a Educação Especial passa a integrar essa proposta de universalização da educação, e é classificada como uma modalidade de ensino transversal, pois perpassa todas as etapas e níveis da educação nacional.

Os desafios da inclusão e da educação especial estão para além das condições de acesso e permanência dos educandos PcD na escola; logo, os sistemas de ensino devem organizar e reorganizar suas estruturas para que a inclusão aconteça. Para que os direitos dos alunos sejam efetivados, é ideal que a comunidade escolar esteja apta a respeitar todos os alunos nas suas limitações, desenvolver suas potencialidades e, principalmente, assegurar o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos atendidos pelas políticas de Educação Especial, independentemente da sua deficiência ou condição, para que eles estejam integrados ao ambiente educacional, diminuindo as barreiras sociais.

A Educação Especial realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos que necessitem, disponibilizando serviços, recursos e orientação quanto ao processo de ensino e aprendizagem, preferencialmente, nas classes comuns do ensino regular estendendo-se, também, ao nível da educação superior.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial (PNEE 2008), o público atendido pela educação especial são os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, portanto o PNEE 2008 orienta os sistemas de ensino para que garantam acesso ao ensino regular e “aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior”. Em vista disso, a Educação Especial não é apenas um direito garantido por lei, é um movimento progressivo das lutas por uma sociedade inclusiva que no passado obscuro excluía e segregava.

O estudante com deficiência merece ter as mesmas oportunidades de aquisição de conhecimento que qualquer outro aluno. Na perspectiva de Omote (2016, p. 212) para o aluno deficiente usufruir, da melhor maneira possível, do ambiente acadêmico é necessário que as políticas de inclusão sejam eficientes para promover “não apenas o acesso, mas a permanência com todas as possibilidades de aproveitamento das oportunidades de crescimento e formação para o futuro exercício profissional”.

De acordo com Siqueira (2010, p. 129), estudos como esses contribuem para a “implementação do acesso dos estudantes com necessidades educacionais especiais à educação superior, permitindo assim que a universidade cumpra seu papel de agente de transformação social e institucional”.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O foco principal das questões analisadas foram as percepções gerais dos graduandos do curso de Pedagogia sobre a prática do estágio na Educação Especial, quanto ao suporte oferecido pelo supervisor do estágio (parte concedente) e sobre o relacionamento com o aluno atendido. Participaram da pesquisa quatro estudantes de Pedagogia que responderam a cinco perguntas, as quais serão analisadas a seguir. Os nomes dos participantes voluntários foram preservados e eles serão identificados como A; B; C e D.

Referiu-se aos pesquisados quanto à mudança de sua percepção sobre a Educação Especial e se eles se sentem habilitados para trabalhar na área da inclusão escolar. Nesse quesito, as respostas foram muito diversificadas.

Por exemplo, o entrevistado A se considerou apto a partir da formação do estágio e destacou que “através da relação de teoria e prática conseguiu aplicar seus conhecimentos”. No entanto, o entrevistado B informou que não, que só o estágio não lhe deu segurança e que, para adquirir esse conhecimento, precisa “dar continuidade nos estudos em um curso de aperfeiçoamento, como uma pós-graduação”. O entrevistado C concorda com alguns elementos mencionados pelos entrevistados A e B, e salienta a necessidade de também se “especializar na área de educação especial”, porque, embora tenha “havido mudança na sua percepção a partir do estágio”, ainda assim, considera que foram poucas. O entrevistado D foi o que mais demonstrou satisfação com a experiência de estágio, destacando que “houve muita mudança na sua percepção sobre a educação especial” e que desconstruiu pensamentos que tinha com relação às pessoas com deficiência, e que “esse processo só foi possível porque houve um bom alinhamento entre conhecimentos teóricos e a prática”.

Os autores Almeida e Pimenta (2014, p. 73) pontuam que os saberes que constroem as habilidades, postura e atitudes que formam o profissional começam a ser estruturados durante a graduação, “em períodos de estágio, esses conhecimentos são ressignificados pelo aluno estagiário, a partir de suas experiências pessoais em contato direto com o campo de trabalho que, ao longo da vida profissional, vão sendo reconstruídos no exercício da profissão.”

Assim como meus colegas entrevistados, concordo que mesmo com algum conhecimento teórico sobre a Educação Especial, somente o estágio não foi suficiente para

**Comentado [RV3]:** As falas do B e C condizem pela necessidade de buscar maior conhecimento no campo. Deve citar na triangulação autor que fale sobre a importância da formação continuada...

determinar uma mudança de percepção sobre o que é realmente atuar nessa área. Não obstante, a falta de experiência profissional causa insegurança nesse ponto, também sinto necessidade de aperfeiçoamento e tempo de sala de aula.

Em seguida, os pesquisados foram indagados sobre a relação de estagiário com o professor da parte concedente, se sentiu-se atendido e se houve auxílio por parte do supervisor de estágio.

Todas as respostas foram positivas; os entrevistados relataram que tiveram um bom relacionamento com seus supervisores de estágio, que foram bem recebidos, que os supervisores foram solícitos e lhes prestaram todos os esclarecimentos e auxílio necessário, durante todo o período do estágio. Por exemplo, a entrevistada A respondeu: “Sim, a professora supervisora de estágio foi muito atenciosa, muito prestativa em tudo o que a gente questionava e quando pedia informações, ela estava sempre apta a ajudar”. O entrevistado C afirmou que: “Sim, a supervisora foi muito solícita em todo o processo, ela conversou bastante com a gente, explicou, cedeu espaço para a gente trabalhar com as crianças, no horário do estágio, e mostrou Plano Educacional Individualizado (PEI), e como eles trabalhavam os processos de aprendizagem e tudo mais”.

No que diz respeito ao acompanhamento do aluno estagiário, a Lei 11.788/2008, exige que haja a comprovação da supervisão, tanto do professor da instituição de ensino, como por parte do profissional da parte concedente.

Minhas contribuições são positivas com relação ao acompanhamento recebido da profissional da parte concedente, tivemos um bom relacionamento, com muita interação entre as partes. A professora regente foi receptiva e generosamente compartilhou seu conhecimento, de anos de experiência no trabalho, que desenvolve com os educandos da Educação Especial. Ela mostrou alguns dos materiais que confeccionou, explicou como fazia os registros dos seus atendimentos na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e nos deixou à vontade, durante a regência e aplicação do PEI.

Posteriormente, foram perguntados sobre o aporte teórico utilizado nas disciplinas de “Fundamentos Teóricos Metodológicos de Educação Especial” e “Concepção e metodologia do Ensino de Surdos – Libras I”, cursadas anteriormente, e sua utilização ou não nas atividades práticas de estágio, se conseguiu aplicar os conhecimentos adquiridos.

Sobre essa questão, os alunos concordaram que o tempo de estágio foi pouco para aplicar os conhecimentos adquiridos, durante a prática do estágio. A entrevistada A não conseguiu acompanhar a prática, durante o período do estágio, porque ficou doente, mas

**Comentado [RV4]:** Trazer um autor sobre esse acompanhamento das atividade laboral do estágio...

afirmou que conseguiu perceber que “algumas das teorias apreendidas, em sala de aula, poderiam ser aplicadas na prática do ambiente da educação especial”. O entrevistado B afirmou haver diferença, porque segundo ele, “as teorias confrontaram a prática, pela falta de recursos materiais na execução das atividades e, também, pela falta de colaboração da família”.

Enquanto isso, para os C e D foi possível fazer essa relação; disseram que conseguiram perceber correspondência entre os conteúdos estudados nas disciplinas cursadas anteriormente ao estágio; todavia, não houve tempo suficiente para pôr em prática tudo o que gostariam, devido ao pouco tempo de estágio na instituição.

Sem dúvidas, o aporte teórico, previamente adquirido nas outras disciplinas voltadas à inclusão e educação especial, serviram de apoio durante curso do estágio, uma vez que ao realizar o planejamento da proposta de intervenção e o PEI já tínhamos um breve embasamento. Mesmo que, na prática, alguma coisa ou outra não saísse conforme o esperado, a base teórica serviu de apoio até no momento de flexibilizar as ações.

Quando questionados sobre a relação com o aluno atendido e aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI), os entrevistados relataram que tiveram um bom relacionamento com seus respectivos alunos atendidos e as respostas foram variadas com relação à elaboração e aplicação do PEI. Um entrevistado teve facilidade na elaboração do PEI, enquanto outro relatou que não teve a oportunidade de realizar a produção; já os outros dois entrevistados disseram que tiveram dificuldades.

Para o entrevistado A, a maior dificuldade foi o pouco tempo de estágio e o fato de que a aluna atendida não era assídua. Apesar dos percalços, conseguiram fazer uma anamnese conversando com a mãe da aluna e, a partir disso, formularam e aplicaram o PEI com o auxílio da professora regente. O entrevistado B relatou que o PEI já estava pronto e não foi possível participar da montagem, porque a professora regente já havia produzido o plano, mas pôde observar e percebeu que estava muito bem detalhado, sendo possível realizar grande parte do planejado. Já o entrevistado C informou que teve dificuldades, pois achou um documento extenso e específico, que requereu conhecimentos dos quais ainda não dominava; contudo, recebeu orientações da professora regente e conseguiu realizar e aplicar o PEI. O entrevistado D também informou que teve dificuldades na realização do PEI, porque, segundo ele, “(...) é algo bastante complexo e até a professora da sala de aula disse que ela, mesmo sendo professora, tinha dificuldade para elaborar”.

A primeira vista, o PEI parece complexo; sem dúvida, a elaboração desse documento exige cuidados e conhecimentos técnicos para que venha a atender as especificidades

**Comentado [RV5]:** Faltou relacionar o aporte teórico, relação teoria-prática. Citar sobre a importância do que se aprende na teoria e na prática.

**Comentado [RV6]:** Note que a fala aqui são todas relativas as dificuldades de fazer um PEI. Deve também citar sobre isso, ...pesquisar sobre elaboração do PEI, e etc...

educacionais do aluno em questão. Porém, pesquisando outros modelos de PEI e conversando com a professora regente, ficou mais fácil de compreender sua importância e como fazê-lo. A elaboração do PEI não foi tão difícil quanto à aplicação, pois em alguns momentos, o aluno atendido não queria participar da atividade planejada, então, por vezes, foi necessária a flexibilização do planejamento.

Percebe-se que o estágio não pode ficar reduzido somente em observar o que o professor regente faz em sala de aula, sendo necessário desenvolver o próprio modelo de ensino, capaz de analisar, criticar e reformular maneiras de ensinar, baseadas e fundamentadas em teorias, associando à realidade social ao aprendizado do aluno.

De acordo com Pimenta e Lima. (p.12, 2006):

“As atividades materiais que articulam as ações pedagógicas são as interações entre os professores, os alunos e os conteúdos educativos em geral para a formação do humano; as interações que estruturam os processos de ensino e aprendizagem; as interações nas quais se atualizam os diversos saberes pedagógicos do professor, e nas quais ocorrem os processos de reorganização e ressignificação de tais saberes”.

Formatado: Espaçamento entre linhas: 1,5 linhas

Corroborando com as autoras supracitadas saber que as atividades formuladas de ações pedagógicas estimulam as interações entre professores e o estudantes que nessa abertura de experiência estruturaram os processos de ensino e aprendizagem. Logo a vivência no estágio possibilita que o professor atualize suas práticas didáticas-pedagógicas e enquanto estagiário comece a ressignificar uma relação teórica e prática que vai estruturando seus conhecimentos.

Por isso, o envolvimento e participação do aluno estagiário são fundamentais para que interações contribuam com as suas práticas pedagógicas.

Por fim, quando questionados sobre sua autoavaliação em relação a suas vivências sobre o estágio e suas dificuldades e aprendizados, os entrevistados destacaram as seguintes afirmações:

O entrevistado A comentou que com o estágio percebeu que não se identifica com a área da Educação Especial, que não conseguiu se identificar e ressaltou que foi uma boa experiência, apesar do pouco tempo de duração do estágio. Em suas palavras, “durante os poucos dias em que eu fui lá, tive uma experiência muito bacana e a gente vê o profissionalismo das pessoas que atuam na área e a dedicação deles com as crianças que possuem qualquer tipo de especificidade que seja”.

Para o entrevistado B os pontos positivos foram: “o bom relacionamento e parceria tanto dos professores do componente curricular de estágio, quanto com as professoras regentes da

parte concedente”, que lhes deram suporte para a realização das atividades, bem como, “os recursos de metodologia assistiva disponíveis na instituição onde realizou o estágio, facilitando a realização das atividades práticas”. Contudo, ressaltou que o ponto negativo foi “o pouco tempo da duração do estágio” e sua dificuldade em conciliar o trabalho com o horário do estágio”, porque não conseguiu liberação do patrão.

A resposta do entrevistado C foi que achou todo o estágio bom, teve um bom relacionamento com a professora regente e com o aluno atendido, mas citou um ponto negativo: “que poderia ser um pouquinho maior para a gente ter mais contato, mas tirando isso, foi ótimo”.

E para o entrevistado D, o ponto negativo também foi o tempo de estágio que achou pouco, portanto, relatou: “nas vezes em que o aluno faltava era um dia perdido”. Ressaltando como pontos positivos: “eu consegui aprender bastante com o estágio, tive uma nova visão sobre o que é a Educação Especial, quais são as dificuldades que permeiam esse setor da educação, os desafios...”. Comentou que, apesar das dificuldades, com o apoio recebido da professora da parte concedente, conseguiu aprender a elaborar e aplicar o PEI, e percebeu que a Educação Especial merece muita atenção e respeito.

O estágio na Educação Inclusiva foi parte substancial do meu processo de ensino e aprendizagem, enquanto pedagoga em formação, me possibilitando observações não somente sobre a Educação Inclusiva e o público-alvo, mas essencialmente sobre minha capacidade de analisar e reformular. Por vezes, durante o estágio, precisei adequar a minha prática docente ao que era possível fazer, diante das dificuldades e demandas.

Pimenta e Lima (2006, p.11) asseguram que “a profissão docente é uma prática social, ou seja, como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social; no caso, por meio da educação que ocorre, não só, mas essencialmente nas instituições de ensino”.

O estágio, além de proporcionar interação, é também uma possibilidade de reflexão, em que o futuro profissional pode ponderar sobre o que está sendo observado, e essa reflexão é feita fundamentada em teóricos, que estruturam a prática sobre a formação docente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi perceber as influências do componente curricular Estágio Supervisionado em Educação Especial, na formação acadêmica dos novos pedagogos, provenientes do curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus Altamira (ATM)*, turma de 2018, visando compreender os impactos do estágio na vida

Comentado [RV7]: Trazer para conclusão

acadêmica dos estudantes, suas percepções sobre sua formação, competências e habilidades, e quanto aos seus sentimentos de segurança ou não, sobre a atividade laboral experimentada durante o estágio.

O estágio supervisionado em Educação Inclusiva favorece o exercício da docência, tornando-se essencial na formação acadêmica do pedagogo, proporcionando ao graduando observar, identificar, elaborar e a praticar ações que darão suporte para que se torne um profissional capaz de trabalhar, de modo autônomo, com as especificidades dos alunos da Educação Especial, no sentido de possibilitar-lhes o acesso ao conhecimento.

As respostas dos entrevistados apontam o quanto o estágio foi resolutivo no desenvolvimento laboral, enquanto profissionais pedagogos em formação, uma vez que o estágio possibilitou o contato real com o educando Pessoa com Deficiência.

Constatando que, apesar do curto período, o estágio foi relevante para a formação acadêmica e profissional dos universitários participantes desse estudo, que durante o estágio conseguiram perceber correspondências entre a teoria e a prática. Entretanto, para outros a experiência não foi tão positiva, uma vez que, ainda não se sentem habilitados para atender aos educandos público-alvo da Educação Especial, seja por não se indentificarem ou por sentirem necessidade de aperfeiçoamento, o que lhes causa insegurança. Os principais desafios foram a falta de experiência na área, o tempo e a formação específica.

Todavia, vale ressaltar a importância da formação contínua/continuada, pois as disciplinas oferecidas, durante o curso de licenciatura em Pedagogia, não são suficientes para compreender a amplitude das especificidades do campo da Educação Especial. Ser pedagogo é ter uma visão ampla de todo processo educacional, suas modalidades e burocracias, logo, nenhum pedagogo pode se eximir das novas mudanças educacionais.

Formatado: Recuo: Primeira linha: 0 cm

## REFERÊNCIAS

Formatado: Justificado

ALMEIDA, Maria I.; PIMENTA, Selma G. **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/pdf/Constituicao%20Federal%20de%201988.pdf/view>. Acesso em: 25/06/2021.

Brasil. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília:MEC/SEESP, 2008. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 07/05/2023.

BRASIL. Ministério da educação – MEC. **Projeto incluir**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 16/08/2021.

GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <http://professores.faccat.br/.../como-elaborar-projeto-de-pesquisa-antonio-carlos>. Acesso em: 10/11/2021.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**/ Mariana de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. -8. Ed. -[2. Reimpr.] – São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Maria. Socorro. L; PIMENTA, Selma. Garrida. (2006). Estágio e docência: diferentes concepções. **Póesis Pedagógica**, 3 (3 e 4), 5–24. Disponível: <https://doi.org/10.5216/rpp.v3i3e4.10542>. Acesso em: 20/11/2021.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; ICASATTI, Albert Vinícius; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação inclusiva enquanto um direito humano. **Rev. IBICIT**. Inc. Soc. v.11, n. 1. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4076>. p. 21-34 (2017). Acesso em: 15/09/2022.

OLIVEIRA, Clarissa Lopes de; SILVA, Anete Charnet Gonçalves da; MENEZES, Márcia de Oliveira. Análise do processo de inclusão de aluna portadora de necessidades educacionais especiais em um curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, sob a perspectiva epistemológica de LudwikFleck. **Paradigma**.Maracay. v. 37, n. 2, p. 209-222, dic. 2016. Disponível em:[http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S101122512016000200016&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S101122512016000200016&lng=es&nrm=iso). Acesso em 25/06/2021.

OMOTE, Sadao. Atitudes em relação à inclusão no ensino superior. **Journal of Research Special Educational Needs**. v.16, n.1, p. 211-215. 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802-12283>. Acesso em 28/06/2021.

Código de campo alterado

PASQUALETO, Olívia de Quintana Figueiredo; FONSECA, Maria Hemília. A percepção do aluno sobre o estágio: emprego ou qualificação profissional? **Revista de informação**

**legislativa:** RIL, v. 53, n. 209, p. 195-217, jan./mar. 2016. Disponível em: <[https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/209/ril\\_v53\\_n209\\_p195](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/209/ril_v53_n209_p195)>.

PIMENTA, Selma Garrido. Estágios supervisionados: Unidade teoria e prática em cursos de licenciatura. In: CUNHA, Célio da; FRANÇA, Carla Cristie de; (org). **Formação Docente: fundamentos e práticas do estágio supervisionado**. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019. Disponível em: [https://socialeducation.files.wordpress.com/2019/04/formac387c383o-docente-fundamentos-e-prc381ticas-do-estc381gio-supervisionado\\_web.pdf](https://socialeducation.files.wordpress.com/2019/04/formac387c383o-docente-fundamentos-e-prc381ticas-do-estc381gio-supervisionado_web.pdf). Acesso em: 16/01/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Político Pedagógico do Curso de licenciatura Plena em Pedagogia**. Altamira-Pará. UFPA, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Político Pedagógico do Curso de licenciatura Plena em Pedagogia**. Altamira-Pará. UFPA, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Regulamento Acadêmico: Estágios Supervisionados**. Altamira-Pará. UFPA, 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca/Espanha 1994. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf). Acesso em: 23/06/2018.

## APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

### Esclarecimentos da Pesquisa

Título do Projeto de pesquisa: *O estágio supervisionado na Educação Especial, como componente curricular da formação do pedagogo.*

Pesquisador Responsável: Heloisa Helena Ferreira de Carvalho

Nome do participante: \_\_\_\_\_.

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Você está sendo convidado(a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado “*O estágio supervisionado na Educação Especial, como componente curricular da formação do pedagogo*”, de responsabilidade da pesquisadora Heloisa Helena Ferreira de Carvalho.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por finalidade identificar a percepção dos estudantes sobre a disciplina de estágio supervisionado na educação especial como componente curricular de estágio em educação inclusiva e o que tem sido discutido na produção teórica brasileira sobre a inclusão de estudantes com deficiência e a formação do profissional pedagogo.
2. A participação nesta pesquisa consistirá em uma única entrevista presencial, com duração de no máximo 1h, realizada preferencialmente nas dependências da Faculdade de Educação, Campus Altamira, Universidade Federal do Pará ou em local que mais convier ao entrevistado voluntário, seja residência ou local de trabalho. A entrevista terá o áudio gravado para melhor análise e transcrição das respostas.
3. A participação na pesquisa é voluntária, não havendo qualquer perda ou ganho financeiro com a participação.
4. A pesquisa não submete seus participantes a risco de ordem emocional por um procedimento não invasivo, a pesquisa narrativa.
5. A pesquisadora se compromete, de acordo com a Resolução 466.12 do CONEP (Comissão Nacional de Pesquisa e Ética) a manter e preservar o sigilo sobre a identidade dos participantes, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem, terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

6. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

7. Este termo de consentimento será impresso em duas vias, ficando uma com a pesquisadora, e outra, com o participante.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Heloisa Helena Ferreira de Carvalho, pesquisadora responsável, telefone: (93) 99975-1574, e-mail: heloisa.fercar@gmail.com e/ou com o orientador dessa pesquisa, Jonata Souza de Lima, telefone: (93) 98412-7915, e-mail: jonatasouza@ufpa.br, docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, localizada na Rua Coronel José Porfírio. Recreio, Altamira-PA.

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar do  
projeto de pesquisa acima descrito.

Altamira \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

Assinatura do participante

---

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento.

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Olá, antes de começarmos gostaria de agradecer seu interesse em contribuir com este trabalho. A pesquisa tem objetivo acadêmico, ou seja, será usada para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, sendo as informações prestadas sigilosas e seus dados mantidos em anonimato. Destacando que não existe resposta certa ou errada, somente gostaríamos da sua opinião sobre as perguntas abaixo.

Atenciosamente,

Acadêmica: Heloisa Carvalho

Orientador: Jonata Lima

**Questionário**

Data de preenchimento do questionário: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_:\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Gênero: Masculino ( ) Feminino ( )

Email: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

**Questão 1.** O estágio mudou sua percepção sobre a educação especial? Você se sente habilitado ou mais seguro sobre a sua futura atuação profissional para trabalhar com o público-alvo da educação especial após esse estágio?

---

---

---

---

---

---

**Questão 2.** Com relação ao supervisor do estágio (parte concedente), como foi seu relacionamento com o supervisor/professor do estágio? Você se sentiu atendido(a)? O supervisor lhe prestou algum auxílio?

---

---

---

---

---

---

**Questão 3.** Quanto ao aporte teórico sobre educação especial/inclusiva das disciplinas anteriores ao estágio, você conseguiu aplicar na prática os conhecimentos que você aprendeu com as disciplinas de inclusão?

---

---

---

---

---

---

**Questão 4.** Sobre o aluno atendido, qual o perfil do aluno a que você prestou atendimento? Qual tipo de deficiência que o aluno tem? Como foi o relacionamento entre vocês? Quanto ao PEI (Plano Educacional Individualizado), você teve dificuldades quanto a elaboração e aplicação?

---

---

---

---

---

---

**Questão 5.** Faça suas considerações sobre pontos positivos e os negativos do estágio? O que você teve mais dificuldade e o que você aprendeu?

---